

O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA EM TURMAS DE EJA

Niedja Balbino do Egito*

Resumo

Este artigo discute a metodologia de ensino de Língua Estrangeira para a clientela dos cursos de EJA. Tomamos como referência a turma de 2011 do 2º Módulo de Cozinha do IFAL Marechal Deodoro que está dentro do PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e relacionamos com o que dizem os documentos legais que orientam a escolha metodológica dos profissionais de Língua Estrangeira para esse grupo tão específico.

Palavras Chave: Metodologia de ensino. Língua Estrangeira. EJA.

Abstract

This article discusses the foreign language teaching methodology for the EJA courses. We took as a reference the 2011 group attending the 2nd semester of the Kitchen Course at IFAL-MD, that is within the National Programme for Integration of Vocational Education with Basic Education in Youth and Adult Education and its relation with what the legal documents that guide the methodological choice of Foreign Language professionals says for this so specific group.

Keywords: *Teaching methodology. Foreign Language. EJA.*

Introdução

Falar de EJA em Alagoas ainda é muito difícil. Digo isso, depois de ter participado do **I Seminário da Agenda Estadual de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos em Alagoas**, que aconteceu nos dias 19 e 20 de dezembro de 2011, no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, no Jaraguá, pois nesse Seminário, entre outros temas, foi apresentada a História da EJA no Estado, pelas professoras Tânia Maria de Melo Moura e Marinaide Lima de Queiroz Freitas, ambas da Universidade Federal de Alagoas, e elas ratificam a dificuldade de resgate histórico desse tema, por falta de registros escritos. Para as professoras, embasadas em seus conhecimentos e envolvimento pessoais¹ na luta pelo ensino voltado a esse público e fruto também de algumas entrevistas com sujeitos importantes dessa modalidade de ensino, Alagoas nunca teve uma iniciativa estadual própria para lidar com esse público, preferindo, sempre, seguir as orientações de nível federal. No portal do MEC, podemos acessar a vários documentos de base, o que nos permitirá fazer uma análise preliminar sobre o ensino de Língua Estrangeira para Jovens e Adultos neste artigo.

1 Contexto atual

Apesar de terem sido realizadas campanhas nacionais entre 1946 a 1958, do 2º Congresso Nacional de Adultos, realizado no ano de 1958 e, ainda, da implantação do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos entre os anos de 1958 e 1964, coordenados por Paulo Freire, só depois da V Conferência Internacional de Educação de Adultos, (V CONFINTEA), que ocorreu em 1997, e que reafirma a educação de adultos como direito e não como ação assistencialista, é que surge um dos principais documentos legais que orienta a Educação de Jovens e Adultos: a Resolução CNE/CEB Nº 1 de 5 de julho de 2000. Esse documento estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para essa modalidade e essa resolução é acompanhada do Parecer CNE/CEB 11/2000, onde se lê, no voto do relator que, além de a educação primária e secundária serem obrigatórias, acessíveis e gratuitas para todos, a educação de base para aqueles que não a possuem ou não puderam concluir o ciclo completo, deverá ser intensificada.

É imprescindível ressaltar a criação da SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, em julho de 2004, como um propulsor dos trabalhos e discussões em torno do tema da EJA.

No segundo semestre de 2011, trabalhei com uma turma de PROEJA do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Cozinha do Instituto Federal de Alagoas em Marechal Deodoro, que forma o Técnico em Cozinha. O profissional desse curso sai qualificado para atuar na organização da cozinha, no pré- preparo da matéria prima, selecionar e higienizar os alimentos, preparar os alimentos, higienizar e preparar o espaço de trabalho, acondicionar os alimentos e decorar os pratos para o serviço.

Além desse curso, em Marechal também é oferecido o curso de Hospedagem dentro da modalidade PROEJA. Por já estar em sala de aula com ensino de Língua Inglesa há mais de 20 anos e da experiência em trabalhar com Educação de Jovens e Adultos em

uma escola da rede estadual de ensino tanto no nível fundamental quanto no médio, percebi que o PROEJA tem o diferencial da educação profissional integrada, o que me fez pensar na melhor metodologia para aplicar nessa turma.

A discussão da questão metodológica é uma das mais difíceis, pois para aumentar a sua densidade, muitos autores têm questionado a relação entre teoria e prática na hora da escolha dos profissionais. Entre esses autores, Imbernón (2004) critica a ideia de um professor executor das inovações prescritas, ele é a favor de um professor participante da mudança, a partir de seu próprio contexto, num processo dinâmico. Por isso, Imbernón aborda profissão como um processo ideológico e aponta juntamente com o conhecimento científico a necessidade de se valorizar tanto o senso comum, quanto o saber artístico e estético, como também o saber que tem origem no próprio professor por meio de sua moral, sua ética e sua ideologia. Tardif (2002) concorda com Imbernón quando aponta 5 tipos de saberes (os curriculares, os disciplinares, os da formação profissional, os experimentais e os culturais) que os professores em geral possuem.

Sabe-se que o desenvolvimento profissional do professor não é consequência apenas do seu desenvolvimento pedagógico, de seu autoconhecimento e compreensão ou do desenvolvimento cognitivo teórico que ele possui, mas é uma consequência de tudo isso, podendo ser limitado ou incrementado, dependendo da situação que sua carreira docente estiver enfrentando.

É de conhecimento geral que o ensino de língua estrangeira é uma prática pedagógica específica, que depende não só de escolhas metodológicas corretas e de um bom material de apoio, mas também do bom desempenho dos professores na condução do ensino e de uma atitude positiva em relação à disciplina. À escola cabe supervisionar o planejamento desse professor. Quanto aos métodos, há de se questionar em que medida a escola pode supervisionar, mostrar interesse, propiciar e cobrar dos professores procedimentos adequados a um ensino produtivo de língua estrangeira para os alunos da EJA. O que na verdade acontece é que, muitas vezes, nem o próprio professor se interessa pela questão das escolhas metodológicas e suas adequações à realidade e ao alunado que tem, prefere a facilidade de usar os mesmos métodos que já usa nas turmas normais, o que traz consequências negativas não só para o aluno que não acompanha o programa, mas também para o professor que se sente frustrado com o produto do seu trabalho.

2 A evolução das abordagens/metodologias de ensino de língua estrangeira e seus reflexos no ensino brasileiro

Há atualmente uma enorme preocupação com a educação globalizada, em que o ensino de línguas volta a ser revitalizado. Percebe-se, então, que o conhecimento é a maior riqueza de um país, e que somente através do uso de línguas estrangeiras esse conhecimento pode ser divulgado e expandido. Até os PCNs do Ensino Médio reconhecem que:

No âmbito da LDB, as Línguas Estrangeiras Modernas recuperam, de alguma forma, a importância que durante muito tempo lhes foi negada. Consideradas, muitas vezes, de maneira injustificada, como disciplina pouco relevante, elas adquirem, agora, a configuração de disciplina tão importante como qualquer outra do currículo, do ponto de vista da formação do indivíduo. Assim,

integradas à área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, as Línguas Estrangeiras assumem a condição de serem parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao estudante aproximar-se de várias culturas e, conseqüentemente, propiciam sua integração num mundo globalizado (BRASIL, 2000, p. 25).

Por causa da Internet, vê-se a necessidade de uma língua comum entre os povos, língua essa que possibilite a permuta de informações. Celani (1996, p.25) já alertava para a falta que o conhecimento de uma língua estrangeira faz. Afirmar a autora que “[...] enquanto perdurar essa situação, estaremos, sempre, competindo em situação de inferioridade no colégio internacional, no qual, certamente, a língua de comunicação não é o português”.

Chegamos então à Lei 9394/96. Reconhecemos que ela trouxe mudanças positivamente favoráveis ao ensino de línguas estrangeiras, principalmente o fato de tornar obrigatório o seu ensino a partir da 5ª. Série, hoje 6º ano, de acordo com a nova nomenclatura do Ensino Fundamental de nove anos. Na lei 9394/96, a língua estrangeira recebe um melhor tratamento, o dispositivo legal encontrado no título V, artigo 26 e parágrafo quinto diz que

na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da 5ª. série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição (BRASIL, 1996).

Certamente a tentativa de valorizar o ensino de língua estrangeira fica evidente através do avanço que se teve em relação à lei anterior, - lei 5692/71. Mas como foi o caminhar para chegar até essa obrigatoriedade? Que formatos assumiu esse ensino tão específico? Vejamos um pouco das 4 abordagens/metodologias mais presentes no Brasil.

2.1 A Abordagem/Metodologia tradicional

Segundo Nicholls (2001, p. 35), a abordagem tradicional teve suas raízes no século V A.C, juntamente com o nascimento da gramática. Os tratados de gramática criados pelos Alexandrinos nos séculos III e II A.C. tinham por objetivo explicar os fatos linguísticos e preservar a língua culta da “corrupção”. A partir daí, surge o paradigma **língua culta** (língua “correta”, falada pelo clero e pelos nobres) e **língua popular**, considerada indigna de estudos. Tudo isso leva o ensino de línguas a ser considerado como uma decifração dos clássicos, e seu estudo considerado um processo de exercício mental.

De acordo com Leffa (1988), há três passos essenciais para a aprendizagem da língua, de acordo com a abordagem tradicional: (a) **memorização prévia de uma lista de palavras**, (b) **conhecimento das regras necessárias para juntar essas palavras em frases** e (c) **exercícios de tradução e de versão** (onde no primeiro se passa o texto da língua alvo para a língua materna, e no segundo se passa o texto da língua materna para a língua alvo). Em resumo, essa abordagem tem uma clara influência do ensino das línguas clássicas e ênfase na nomenclatura gramatical.

2.2 O método direto

O método direto foi oficialmente adotado no Brasil como método de ensino das línguas vivas estrangeiras pelo Decreto nº. 20.833, de 21 de dezembro de 1931. Nicholls destaca do método direto as seguintes características:

- a instrução era realizada totalmente na língua estrangeira, com exclusão absoluta da língua materna do aprendiz;
- foi introduzido o diálogo como meio instrucional;
- a apresentação oral do diálogo era apoiada em ilustrações pictóricas, miméticas e /ou gestuais;
- os exercícios consistiam essencialmente de perguntas e respostas sobre os textos e diálogos estudados;
- pela primeira vez, foi feita alusão à cultura como parte integrante da aprendizagem. Em resumo, o pressuposto principal é promover um ensino através do contato direto com a língua alvo (diálogos, textos, etc.) (NICHOLLS, 2001, p. 37).

2.3 Abordagem/Metodologia Estrutural

A abordagem estrutural do ensino de línguas sustenta-se na teoria estrutural da linguagem – o estruturalismo – que teve como fundador Ferdinand de Saussure, com sua monumental obra, o *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916. Essa abordagem recebeu influências da psicologia behaviorista e deu grande contribuição para a descrição das línguas vivas modernas, inclusive para as línguas indígenas que não tinham forma escrita.

Segundo essa visão, pela citada influência do behaviorismo, a língua se aprende pela formação de “hábitos”, de fora para dentro do indivíduo (SILVEIRA, 1999, p.47). Há uma tendência dos seus defensores de aproximar as etapas da aprendizagem da Língua Estrangeira às de aquisição da língua materna; logo, eles enfatizam o treino de habilidades linguísticas seguindo a ordem de aprendizado da língua nativa: compreensão oral, expressão oral, compreensão escrita e expressão escrita. Nessa abordagem, aprender uma língua é aprender as suas estruturas gramaticais. Sua principal técnica de ensino é o DRILL.

2.4 A Abordagem/Metodologia Comunicativa

Segundo Silveira (1999, p.73), depois que as noções de competência e desempenho da teoria chomskyana foram se impondo, apareceu, a partir da década de 70, um maior interesse nos aspectos sociais da linguagem. Esse interesse pela interação social fez surgir, em seguida, a **teoria dos atos de fala** de Austin e Searle e a teoria conversacional de Grice. Como diz a autora, esse foi um período de total colorido social, político e econômico.

a partir de 1975, são elaborados vários cursos de inglês e francês que utilizam conteúdos não mais centrados em itens gramaticais, mas em ‘atos de fala’ ou ‘funções linguísticas’ (SILVEIRA, 1999, p. 74).

Era uma metodologia baseada na sociolinguística interacional e na etnografia da comunicação. A noção básica que sustenta essa abordagem é a da competência comunicativa. Embora essa abordagem seja privilegiada nos documentos legais, vários fatores contribuem para sua não aplicação na sala de aula: reduzido número de horas, carência de professores falantes, número excessivo de alunos por turma, etc.

3 Principais documentos legais quanto à questão da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos tem estabelecido sua legalidade da seguinte forma:

1º- PARECER 05/97 do CNB - aborda a questão da denominação "Educação de Jovens e Adultos" e "Ensino Supletivo", define os limites de idade fixados para que jovens e adultos se submetam a exames supletivos, define as competências dos sistemas de ensino e explicita as possibilidades de certificação.

2º- RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

3º- PARECER CNE/CEB 11/2000, faz referência às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

4º- LEI 11.692/2008 (LEI ORDINÁRIA), 10/06/2008, dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM – instituído pela lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.

5º- DEC 5.840/2006 (DECRETO DO EXECUTIVO) 13/07/2006, institui no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA e dá outras providências.

6º-DEC 6.093/2007 (DECRETO DO EXECUTIVO) 24/04/2007, dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando à universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências.

Apesar de todos esses documentos estarem disponibilizados gratuitamente na internet para leitura e pesquisa geral, nem todos os professores conhecem seus conteúdos, o que dificulta a padronização do ensino nesse grupo.

O que não se pode negar é que todos eles são unânimes na questão do oferecimento obrigatório da Língua Estrangeira para essa modalidade.

4 O que dizem os documentos legais quanto à questão da Metodologia para o Ensino de Língua Estrangeira na EJA

Como os alunos do EJA já estão, na sua maioria, atuando no mercado de trabalho, a abordagem comunicativa, por ser sociointeracional, é a mais interessante. Essa metodologia é destacada desde a Proposta Curricular do 2º Segmento (parte final do Ensino

Fundamental), quando no volume 2, que inclui a proposta para Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, História e Geografia, ela orienta que

(...) essa proposta pressupõe inicialmente que a aprendizagem se dê em contextos sociais, históricos e culturais; assim abre espaço para que os jovens e os adultos, já engajados em diferentes aspectos da sociedade, possam perceber a aplicabilidade e a relação entre o que aprendem na escola e sua importância no dia-a-dia. Esse fato torna a aprendizagem significativa, pois os alunos são capazes de fazer relações e trazer de forma concreta suas realidades para dentro da escola (BRASIL, 2002, p. 73).

Essa visão segue para os PCNs do Ensino Médio que na página 26 diz:

Torna-se, pois, fundamental, conferir ao ensino escolar de Línguas Estrangeiras um caráter que, além de capacitar o aluno a compreender e a produzir enunciados corretos no novo idioma, propicie ao aprendiz a possibilidade de atingir um nível de competência linguística capaz de permitir-lhe acesso a informações de vários tipos, ao mesmo tempo em que contribua para sua formação geral enquanto cidadão (BRASIL, 2000).

Como convencer professores, habituados a cumprir rotinas, a repensar sua metodologia para atender a essas orientações? Não basta ler o documento legal para que o professor se convença sobre a melhor metodologia a usar. Se fosse só isso, era só indicar a leitura do PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais, Linguagem, Códigos e suas Tecnologias e tudo estaria resolvido. Pois esse documento orienta que:

O professor de língua estrangeira no ensino médio deve lançar mão de conhecimentos linguísticos e metalinguísticos dos alunos, estabelecer pontos de convergência e de contraste, assim como colocar o aluno frente a situações reais de uso do idioma, que ultrapassam o teórico e o metalinguístico. Ainda que em situação de simulação, a mobilização de competências e habilidades para atividades de uso do idioma – ler manuais de instrução, resolver questões de vestibular, solicitar e fornecer informações, entender uma letra de música, interpretar um anúncio de emprego, traduzir um texto, escrever um bilhete, redigir um e-mail, entre outras – deve ocorrer por meio de procedimentos intencionais de sala de aula (BRASIL, 2002, p. 91).

Nota-se nesta citação a importância dada à diversificação dos gêneros textuais. Infelizmente, o resultado dos avanços linguísticos que são descritos nos documentos de base legais não tem alcançado nossas salas de aula, o que continuamos vendo em termos de adoção de metodologia para o ensino de Língua Estrangeira é uma hegemonia de métodos tradicionais, a total indiferença quanto ao ensino da oralidade e, por fim, o consequente desinteresse dos alunos.

Considerações Finais

Neste trabalho, que trata especificamente do professor de Língua Estrangeira, escolhemos a questão da metodologia por se tratar de um dos pontos de maior discordância entre a comunidade acadêmica, e essa questão está envolvida nos saberes da formação profissional, pois se espera que o professor já saia do curso de Letras bem seguro quanto à sua futura prática. Pela ideia, há muito generalizada, de que o professor não é um ser

acabado, essa definição ultrapassa a formação inicial e continua latente durante todo o tempo de vida do professor. Eu sou uma testemunha disso.

A língua é um fenômeno oral por natureza. Mas aqueles professores que não se identificam com a abordagem comunicativa, acabam usando a metodologia com a qual estudaram: a tradicional, indo, assim, na contramão do desenvolvimento esperado do ensino de línguas.

Onde fica, neste quadro, a perspectiva interdisciplinar? A valorização da fala, leitura, gestos, tradições, costumes, etc.? A afirmação dos direitos educativos das pessoas jovens e adultas na legislação nacional é evidente, mas apesar de tantos documentos legais e apesar do seu fácil acesso, pouco tem mudado. Poucos são os exemplos de professores que, apesar da falta de estrutura das escolas e da falta de motivação dos alunos gerada por anos e anos de estudo gramatiquero, conseguem criar situações reais de comunicação e estimular o aprendizado real da língua.

A dificuldade de fazer um trabalho diferenciado na turma de Cozinha que mencionei foi a prova necessária de que a intenção de mudança não é facilmente recebida na comunidade escolar. A todo o momento, tive que lidar com comentários do tipo: “os professores que tive nunca fizeram isso”, “nós não estamos habituados a trabalhar dessa forma”, etc.

Apesar de tudo, continuo no propósito de seguir as orientações de base legal, até porque também ouvi depoimentos de alunos que mostraram um maior interesse depois da mudança metodológica. Além do que, os alunos não têm culpa de desconhecer as orientações dadas pelos documentos legais, já que nem todos os professores têm esse conhecimento.

Sei que ainda teremos muito que caminhar nesse terreno da EJA, principalmente no que se refere a um ensino que se pauta num código diferente do código usado nas outras disciplinas, que é a Língua Inglesa.

Notas

¹ A professora Tânia Moura tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação de Adultos e a professora Marinaide Freitas leciona EJA na Graduação e no Mestrado em Educação Brasileira, foi diretora do Depto. de Educação de Jovens e Adultos (DEJA), da Sec. Mun. de Educação de Maceió (1996-2003), é líder do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos (MULTIEJA) do CEDU-UFAL-CNPq e vice-líder do Grupo de Pesquisa Teorias e Práticas de Educação de Jovens e Adultos.

Referências

BRASIL. **LDB. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. DOU, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Médio, parte II. Brasília, MEC/SEB, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais + Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, MEC/SEB, 2000.

BRASIL. **Proposta Curricular do 2º Segmento, v. 2.** Brasília, MEC /SEF, 2002.

CELANI, M. Antonieta A. A integração político-econômica do final do milênio e o ensino de língua(s) estrangeira(s) no 1º. e 2º. Graus. In: ABRALIN. **Boletim da Associação Brasileira de Linguística.** v. 1. Maceió: Imprensa Universitária, 1996.

IMBERNÓN, Francisco. **A formação docente e profissional: formar-se para a mudança e incerteza.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LEFFA, Wilson J. Metodologia do ensino de línguas. In: BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. **Tópicos em linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras.** Florianópolis: UFSC, 1988.

NICHOLLS, Susan M. **Aspectos pedagógicos e metodológicos do ensino de inglês.** Maceió: EDUFAL, 2001.

SILVEIRA, M. Inez Matoso. **Línguas estrangeiras: uma visão histórica das abordagens, métodos e técnicas de ensino.** São Paulo/Maceió: Catavento, 1999.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

